

TRINTA ANOS DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Lincoln Secco

Professor do Departamento de História da USP



Populares
aplaudem
soldados

Centro de Documentação 25 de abril/Universidade de Coimbra

A Revolução Portuguesa pareceu ser a última do gênero no continente europeu no século XX. E se alimentou, como todas as outras, das idéias emanadas das duas grandes revoluções: a Francesa e a Russa. Mas quando saíram às ruas os militares queriam somente três coisas: pôr fim à ditadura; resgatar o prestígio das Forças Armadas; e terminar a Guerra Colonial em África que já estava virtualmente ganha pelos inimigos — os movimentos guerrilheiros de esquerda

De Portugal já se afirmou que foi o “último teatro leninista da história”. E sobre sua Revolução, Mário Soares, o mais destacado político do Partido Socialista, disse: é aquela em que os mencheviques venceram.

Essas expressões andam meio esquecidas no Portugal de hoje. Não pelo conteúdo, mas pela desusada linguagem esquerdista. País que se sente (ou quer sentir-se) tipicamente europeu, integrado nos ritmos fortes das economias setentrionais do Velho Mundo, Portugal erigiu a memória oficial e institucional de uma revolução “pacífica”, “européia”, “democrática”, “antifacista”. E só não se diz “liberal” porque seria difícil apagar da sua história os arroubos ideológicos e as esperanças utópicas que o dia 25 de abril de 1974 desencadeou.

Naquela data, os oficiais do Movimento das Forças Armadas (MFA) despontaram de uma longa e friorenta madrugada para encarar o sol das multidões numa tarde de Lisboa. A canção que servira de senha para a revolução, “Grândola, Vila Morena” (José Afonso), seria depois entoada como hino oficioso do país liberto. O capitão Salgueiro Maia, aquele que rendeu o primeiro-ministro Marcello Caetano, conheceria a fama, mas não o poder que ele não quis. O major Otelo Saraiva de Carvalho, líder operacional do golpe, só meses depois se tornaria conhecido como um líder de ultra-esquerda, defensor do poder popular armado. E os demais soldados se surpreenderiam, naquele 25 de abril, ao receber a ovação do

público e as flores das mulheres que as costumavam vender nas ruas de Lisboa. Era a Revolução dos Cravos.

Talvez ninguém mais do que os próprios oficiais do MFA espelhem a força e a fragilidade desta revolução ímpar. Eles quiseram mais do que a história parecia disposta a permitir-lhes. De fato, a Revolução Portuguesa pareceu ser a última do gênero no continente europeu no século XX. E se alimentou, como todas as outras, das idéias emanadas das duas grandes revoluções: a Francesa e a Russa. Para não falar de uma terceira,

A ditadura salazarista nunca foi estável. Uma parte do povo nunca a aceitou, e oficiais conspiravam contra o ditador. A fragilidade do regime evidenciou-se nos anos 60

que encantou pequenos setores estudantis e militares, a Chinesa. Mas quando saíram às ruas, os militares queriam somente três coisas: pôr fim à ditadura; resgatar o prestígio das Forças Armadas; e terminar a Guerra Colonial em África que já estava virtualmente ganha pelos inimigos (os movimentos guerrilheiros de esquerda).

Mas, ao formular tais objetivos, tomaram consciência de problemas de longa duração na história portuguesa. Afinal, o país vivera nos últimos séculos a condição de um impé-

rio ultramarino acostumado a ver-se com lentes dilatadas e não tal qual um pequeno retângulo na ponta extremada do Velho Mundo. O rosto da Europa. As elites lusitanas, desde sempre, recitavam a poesia da decadência e da necessidade de retomar os ritmos europeus. De voltar, como queria Antero de Quental, ao convívio das “nações civilizadas”. Portugal fazia a última revolução também para findar o último império.

Ao longo do século XIX suas elites políticas e intelectuais procuraram adotar formas de consciência, adaptadas à “idéia européia”: o cartismo, o setembrismo, a Regeneração, o liberalismo, o republicanismo, o socialismo, o anarquismo, o comunismo. Os três primeiros desses termos só são conhecidos fora de Portugal pelos raros especialistas em História Ibérica ou por quem se deu ao trabalho de ler alguma História do Portugal contemporâneo — tema, aliás, de escasso estudo no Brasil, onde só aprendemos algo sobre Portugal até a nossa independência política em 1822. Todos esses rótulos ideológicos, por mais sinceramente adotados, não lograram, na prática concreta, ultrapassar os limites do ideário de uma democracia formal integrada numa ordem transnacional (todavia “européia”).

Portugal atravessou um período monárquico relativamente estável depois do período de convulsões e guerras que vai de 1820 à metade do século XIX. Ao menos até o ultimato inglês de 1891 que humilhou os sentimentos nacionais. Em 1910 nasceu a República. Foi a tentativa de regenerar de fato o país e adaptá-lo às correntes da época, que destruíam impé-

rios já periféricos (como o espanhol, o austro-húngaro, o czarista, o turco). Todavia, erguiam-se outros regimes que pareciam portar o futuro muito mais do que as democracias liberais: Mannerheim na Finlândia, Horthy na Hungria, Mussolini na Itália. A República findaria em 1926 cedendo lugar ao regime de Oliveira Salazar.

A ditadura salazarista nunca foi estável como dela se disse. Uma parte do povo português nunca a aceitou. Os oficiais nunca deixaram de conspirar para derrubar o ditador. Figuras emblemáticas, como Humberto Delgado, dedicaram-se a lutar, por meios legais e ilegais, contra o salazarismo. A fragilidade daquele regime se tornou evidente nos anos sessenta. O neocolonialismo europeu agonizava em toda a parte. E enquanto a Revolução Argelina parecia derrubar o mito da invencibilidade do opressor europeu, o livro “Os Condenados da Terra” de Franz Fanon se encarregava de dar dignidade teórica e poética à violência revolucionária.

Em 1961, iniciou-se a Revolução na “África Portuguesa”. Ela também encontraria seus limites em problemas herdados e de longa duração. A África Negra, cercada por dois mares e dois desertos, exibia recursos naturais, exibia suas rotas ancestrais, cedo desabadas. Faltavam as forças produtivas para lograr a realização do ideário socialista que foi adotado por muitos de seus líderes. Por direta responsabilidade dos colonizadores europeus, esta África teve que mergulhar na revolução, na guerra de libertação nacional e na guerra civil. Nas suas solidões extensas, no seu clima variegado, na sua beleza

saqueada, herdavam, os africanos, as rotas de comércio voltadas para os interesses das antigas metrópoles, as divisões administrativas européias, as técnicas, vícios e preconceitos na administração do Estado. Tudo isso constrangia o africano revoltado, o homem e a mulher que tentavam construir suas identidades nacionais.

Essas sobrevivências de longa duração também limitariam a ação revolucionária na metrópole portuguesa. Tratava-se já de um Império periférico, cada vez mais cedendo a

***Inicialmente, assumiu a
Presidência da República
o general António
Spínola. Ele não pertencia
ao MFA, mas havia sido
destituído da chefia do
Estado Maior das Forças
Armadas, pois defendia
uma solução federalista
para o Império***

exploração de suas colônias a empresas estrangeiras. Cada vez mais vinculando-se economicamente ao mercado europeu. O império era uma forma política ultrapassada pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas, que reclamava os laços europeus, relações de produção e trabalho modernas e técnicas de exploração neocolonial ou imperialista que Portugal não tinha condições de desenvolver na África.

A Guerra Colonial foi o início de tudo. Sem ela não teria havido

nenhuma Revolução Portuguesa. Ao menos não na forma em que ela ocorreu. O epicentro do abalo não era a metrópole, mas a África. A revolta dos povos colonizados por Portugal obrigou o país a desviar recursos pesados do orçamento para manter o esforço de guerra. Aumentavam a emigração (traço secular), a deserção, o descontentamento entre civis e militares... Com a morte de Salazar em 1970, a ditadura continuou. Apesar das esperanças despertadas pela “primavera marcelista” (refere-se a Marcello Caetano, um renomado professor e especialista em Direito Administrativo), a Guerra Colonial permaneceu, a imprensa continuou amordaçada, jornalistas perseguidos e opositores políticos presos e torturados pela temida PIDE (Polícia Interna de Defesa do Estado).

A Revolução dos Cravos veio a terminar este último suspiro do Império Colonial Português que foi a ditadura de Marcello Caetano. Preso no Quartel do Carmo pelo capitão Salgueiro Maia, ele foi levado a um aeroporto. Partiria em seguida para o Rio de Janeiro.

Inicialmente, a Revolução não encontrou líderes políticos civis. Assumiu a Presidência da República o general António Spínola. Ele não pertencia ao MFA, mas havia sido destituído da chefia do Estado Maior das Forças Armadas, juntamente com o general Costa Gomes. Isso porque havia escrito um livro que defendia uma solução federalista para o Império Colonial no livro “Portugal e o Futuro”.

Somente no Primeiro de Maio apareceram publicamente os líderes civis que a Revolução precisava.



Soldados sublevados lêem as primeiras notícias sobre o movimento

Foram eles Álvaro Cunhal e Mário Soares, líderes do Partido Comunista Português (PCP) e do Partido Socialista (PS).

O PCP e o PS estiveram juntos por escassos momentos. A união do Primeiro de Maio logo seria substituída pela desconfiança mútua até chegar ao rompimento. Eram partidos de idades históricas distintas. Filhos de conjunturas diferentes e de eventos igualmente diversos. Um, comunista, filho da Revolução de Outubro de 1917 e adepto do modelo leninista de organização. Outro, social-democrata, de linha reformista. A conjuntura também

os separava. Em fins dos anos 50 dois acontecimentos selaram o início de uma nova conjuntura política no interior das esquerdas. O Congresso de Bad Godesberg, na Alemanha Ocidental, eliminou qualquer referencial marxista da Social Democracia alemã. E o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética permitiu que os PCs ocidentais ingressassem numa fase de defesa da democracia parlamentar como caminho possível para o socialismo. Até que os mais afoitos aderissem ao eurocomunismo, como o fizeram PCs tão diferentes como o japonês, o brasileiro, o espanhol, o sueco e,

particularmente, o italiano.

Enquanto a Social Democracia manteve variadas formas de aproximação com o espírito de Bad Godesberg, os comunistas também oscilaram em relação ao XX Congresso soviético. Alguns racharam em dois ou mais pedaços. O PCP seguiu uma linha *sui generis*. Aderiu inicialmente às diretivas soviéticas. Depois, em meados dos anos 60, afirmou a via insurrecional para a superação do salazarismo. E chegou a montar e apoiar um braço armado responsável por atentados a alvos militares do regime. Ao mesmo tempo, não deixou de manter contatos com setores internos às Forças Ar-



Manifestação em defesa de direitos sociais durante comemoração do 26º aniversário da Revolução dos Cravos, em 2000

madas e também não rompeu com a União Soviética. O PS, por seu turno, manteve-se na ala direita da social democracia europeia. Mário Soares estava mais próximo de Brandt da Alemanha Ocidental.

Era uma divisão anunciada. De um lado, o mais ortodoxo dos PCs da Europa Ocidental. De outro, um PS mais afeito a um socialismo de tipo liberal. Recém adaptado para uma linguagem esquerdista, é verdade. Mas isto fazia parte das exigências da época. A Revolução dos Cravos obrigou todos os partidos a falar um linguajar socialista.

Todavia, as divergências que ocorreriam nos partidos políticos teriam origem nas contradições internas do próprio MFA. Ou o MFA, ao ecoar

Apesar de seus limites, a Revolução dos Cravos esboçou a hipótese de um pluralismo socialista: a primeira tentativa de um modelo público e não estatizante em economia; e democrático, mas não liberal, em política

essas divergências, dar-lhes-ia um peso desmedido. A ação do MFA seria, por sua vez, aguçada pelas sucessivas tentativas de golpes contra-revolu-

cionários. O MFA não demorou a se chocar com o próprio presidente Spínola, afinal ele fora um homem de confiança do Antigo Regime e travava o processo de descolonização. Pressionado, apelou para uma tentativa de golpe com apoio popular (a “maioria silenciosa”) em 28 de setembro de 1974. Derrotado, foi substituído pelo General Costa Gomes. Mas o poder executivo estava de fato nas mãos de um militar de confiança do MFA, o coronel Vasco Gonçalves, que se tornou primeiro-ministro do Segundo Governo Provisório em substituição ao jurista Palma Carlos já em julho e, agora (30 de setembro de 1974), iniciava o Terceiro Governo Provisório. Palma Carlos era da confiança de Spínola. Simultaneamente foi criado

José Manuel Ribeiro/Reuters



Capitão Vitor Alves e Major Otelo de Saraiva nas comemorações de 1998

o Copcon (Comando Operacional do Continente) que dava amplos poderes de comando sobre todas as forças militares do país ao major Otelo Saraiva de Carvalho.

Assim, o poder executivo, embora partilhado por todas as forças políticas, tinha na sua chefia um coronel que cedo revelou seu pendor tercei-

ro-mundista, sua aproximação com os comunistas e sua defesa de um novo império. Alto lá, não na forma imperial, mas de uma comunidade de homens livres e iguais, fossem eles portugueses, africanos ou brasileiros. Ideal tão elevado significava, do ponto de vista geopolítico, dar as costas à Europa, e soldar-se aos oprimidos

do mundo inteiro. Evidentemente, ele foi visto pelos ingleses, alemães ocidentais e norte-americanos como um protocomunista. Daí o apoio que dedicaram Callaghan, Brandt e o embaixador Frank Carlucci ao PS de Mário Soares.

A Revolução Portuguesa, na sua tarefa histórica de realizar o programa liberal oitocentista, precisava, naquela conjuntura histórica, falar uma linguagem socialista. Toda a política portuguesa deslocou-se à esquerda. Monarquistas falavam em socialismo. Conservadores defendiam a “ordem revolucionária” (desde que fosse uma “ordem”). Porque, do dia para a noite, explodiu o chamado poder popular. Comissões de mulheres aguerridas tomaram as creches, trabalhadores controlaram fábricas, bancos, fazendas. Soldados se organizaram, oficiais defenderam grevistas.

No dia 11 de março de 1975, oficiais spinolistas tentaram golpear a Revolução. Derrotados, só ajudaram a radicalizar o governo. Surgia o Quarto Governo Provisório. Vieram as nacionalizações de bancos, empresas de seguros, indústrias, meios de comunicação. Mas surgia uma tensão no processo de radicalização. A Assembléia Constituinte, recém eleita, se arvorava como defensora da democratização. No governo o PS e o PCP se distanciavam. Por ocasião da ocupação do jornal *República*, cujo diretor era um socialista, os militares e o governo resolveram apoiar os trabalhadores. O PS saiu do governo. O Quinto Governo Provisório nasceria frágil e seria efêmero.

Essa divisão se refletiu no MFA. O Movimento rachou em três pedaços. Um setor permaneceu fiel ao

governo. Outro o desejava mais à esquerda e defendia um modelo de poder popular e outro, mais moderado, parecia inclinar-se a um socialismo metido entre uma proposta social democrata e a comunista. Três líderes militares encarnaram essas opções: o coronel Vasco Gonçalves, o major Otelo Saraiva de Carvalho e o major Melo Antunes.

Aqui reside uma peculiaridade impressionante da Revolução dos Cravos. Apesar de seus limites, do peso da longa duração sobre os ombros dos homens e mulheres de abril, ela esboçou a hipótese de um pluralismo socialista. Seria a primeira tentativa de um modelo público e não estatizante em economia; e democrático, mas não liberal, em política. Ou seja, uma democracia socialista, formal e substantiva, política e econômica.

Evidentemente, tal hipótese não se realizou. Em agosto caiu o governo de Vasco Gonçalves, substituído pelo Sexto Governo Provisório chefiado pelo almirante Pinheiro Azevedo. Os militares “gonçalvistas” foram passados à reserva. Restava o setor ligado ao Copcon e a Otelo, cada vez mais esquerdista. Em 25 de novembro, a pretexto de conter uma sublevação dos paraquedistas da base aérea de Tancos, o governo expurgou os militares radicais de esquerda das Forças Armadas. Otelo foi preso. E mesmo os militares moderados do MFA, os quais conseguiram conter a fúria dos profissionais do tenente-coronel Ramalho Eanes (mais tarde presidente eleito de Portugal), foram lentamente jogados em posições subalternas ou de escassa importância no conjunto das Forças Armadas. Predominaram

os que queriam a volta dos militares aos quartéis contra aqueles que defendiam um exército revolucionário.

Trinta anos depois, sabemos quais foram os destinos pessoais e as escolhas dos oficiais e civis que participaram da Revolução dos Cravos. Mas pouco conhecemos das estruturas políticas, ideológicas e mentais que limitaram suas escolhas. Eles poderiam ter ido além? Seu único legado foi a sua generosidade. Tanto a Revolução Francesa (1789) quanto a Russa (1917) despertaram energias e sonhos em grande parte jamais realizados.

***O 25 de abril de
1974 derrubou um
governo fascista quase
pacificamente, graças
ao apoio popular à ação
armada. Não houve
Guerra Civil aberta,
apenas expulsões e prisões.
E não houve paredón***

Portadoras de sentimentos esplêndidos, a sua prática nem sempre foi consentânea com seus propósitos. Mao Tsetung, um herdeiro da velha tradição, resumiu a prática revolucionária ao mostrar que fazer uma Revolução não é como ir a um jantar, trata-se de um ato de violência inaudita. Talvez por isso, Robespierre, o incorruptível, expressasse a virtude, a honestidade, mas jamais a clemência. Talvez por isso, todos souberam definir, nos últimos duzentos anos, a liberdade e a igualdade, mas não a fraternidade.

O 25 de abril de 1974 derrubou um governo fascista quase pacificamente, graças ao apoio popular à ação armada. Nenhuma das divergências graves que surgiram no processo revolucionário desbordou para uma Guerra Civil aberta. Houve expulsões e prisões. Houve mais exilados do que perseguidos. E não houve *paredón*. Do ponto de vista estrito da técnica do golpe de Estado, essa pode ter sido a fraqueza da Revolução. Mas daí também ela retirou a sua legitimidade.

A Revolução dos Cravos, ocorrida no último dos impérios coloniais, teria reservado a este pequeno grande país da Europa um lugar novamente destacado na história? De fato, não sabemos se ela foi a última revolução do velho modelo ou a primeira tentativa de uma nova revolução que garantirá o pluralismo socialista. Os capitães de Abril tinham como seus objetivos a liberdade e a igualdade, mas sua prática foi a fraternidade.

Bibliografia:

- Carvalho, Otelo Saraiva. Alvorada em Abril. Lisboa: Ulmeiro, 1984.
- Chilcote, R. The Portuguese Revolution of 25 April 1974. Annotated bibliography on the antecedents and aftermath. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra, 1998, 2 volumes.
- Cunhal, Alvaro. A Revolução Portuguesa: Passado e Futuro. Lisboa: Avante, 1995.
- Cunhal, Alvaro. Ação Revolucionária, Capitulação e Aventura. Lisboa: Avante, 1996.
- Eisfeld, Rainer. “A Revolução dos Cravos e a Política Externa: o Fracasso do Pluralismo Socialista em Portugal”, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 11, Coimbra, maio de 1983.
- Fernandes, Florestan. “A Era da Esperança”, Portugal Democrático, ano XVIII, Nº 186, maio de 1974.
- Ferreira, José M. Ensaio histórico sobre a Revolução do 25 de abril. O Período pré-constitucional. Lisboa: Alfa, 1990.
- Mujal-León, E. “The PCP and the portuguese revolution”, Problems of Communism, nº 26, jan.fev. de 1977.
- Perrone, FL. Luta pelo Controle da Comunicação Social em Portugal (1974-1993). S. Paulo: USP-ECA, 1994 (tese de livre-docência).
- Rodrigues, Avelino et. al. O Movimento dos Capitães e o 25 de abril. Lisboa: Dom Quixote, 2000.
- Secco, Lincoln. A Revolução dos Cravos e a Crise do Império Colonial Português. Economias, espaços e tomadas de consciência. São Paulo: Alameda Casa Editorial / Fapesp / Cátedra Jaime Cortesão, 2004.
- Smith, Clarence. O terceiro império português (1825-1975). Lisboa, Teorema, 1985.
- Spinola, António. Portugal e o Futuro. Lisboa: Arcádia, 1974.